

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 5.417, DE 2009, DO DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO QUE CRIA O FUNDO SOBERANO SOCIAL DO BRASIL – FSSB E DISPÕE SOBRE SUA ESTRUTURA, FONTES DE RECURSOS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

(APENSADO PL 5.940, DE 2009)

Cria o Fundo Soberano Social do Brasil – FSSB e dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e dá outras providências.

Autor: Deputado PEDRO EUGÊNIO

Relator: Deputado ANTONIO PALOCCI

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Estamos promovendo ajustes no Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 5.940, de 2009, do Poder Executivo, resultantes do acatamento de oportunas sugestões apresentadas pelos senhores Deputados na reunião realizada no dia 3 de novembro nesta Comissão Especial.

A primeira delas, já informada, diz respeito ao título do Substitutivo que passa a fazer referência ao Projeto de Lei n.º 5.940, de 2009, do Poder Executivo, e não mais ao Projeto de Lei nº 5.417 de 2009, do Deputado Pedro Eugênio, em face da rejeição desta última proposição.

No **caput do art. 1º** do Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 5.940, de 2009, resolvemos atender a sugestão dos Deputados que integram esta Comissão Especial para retirar a expressão “regular” ali referida, o que favorece, a nosso juízo, o entendimento dos objetivos do Fundo Social no que concerne ao financiamento dos programas e projetos nas áreas aludidas.

Como adiantamos nesta Comissão, por um lapso de nossa parte, deixamos de fazer menção ao acatamento parcial das Emendas n.ºs 121 e 122, do Deputado Geraldo Simões, que defendem o emprego dos recursos do FS também sob ótica do desenvolvimento regional, e da Emenda n.º 279, do Deputado Pompeu de Matos, que faz referência ao emprego dos recursos do FS nos programas e projetos da área de saúde pública.

No **inciso IV do art. 3º** estabelecemos que o Fundo Social será beneficiado com os recursos integrais dos royalties e da participação especial dos blocos de pré-sal, que cabem à administração direta da União, licitados antes de 31 de dezembro de 2009, não cabendo desatinações aos demais órgãos da administração federal. Para este efeito, promovemos modificação nos arts. 49 e 50 da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997.

No Substitutivo, modificamos a redação do **parágrafo único do art. 5º**, que trata de uma exceção temporária à regra fixada no **caput** daquele artigo, permitindo que constituído o FS, e garantida a sua sustentabilidade econômica e financeira, o Poder Executivo poderá apresentar, na forma da lei, proposta de uso de percentual de recursos do principal para a aplicação nas finalidades previstas no art. 1º, na etapa inicial de formação de poupança do fundo.

Como destacamos em nosso Parecer, procuramos manter integralmente os arts. 9º, 10 e 11 do Projeto de Lei n.º 5.940, de 2009, na forma encaminhada pelo Poder Executivo. No entanto, inadvertidamente, omitimos no texto do substitutivo o § 2º original do art. 10, não havendo maiores razões para deixar de incluí-lo na nova redação que estamos dando ao nosso Substitutivo. Afinal, o dispositivo trata justamente da finalidade para a qual o fundo de investimento será criado: aplicação dos recursos em ativos no Brasil e no exterior. Desta forma, com a inclusão do § 2º citado no art. 10, os parágrafos seguintes serão reenumerados.

No **art. 12** do Substitutivo, ficou estabelecido que o Conselho Deliberativo do Fundo Social - CDFS tem a atribuição de propor ao Poder Executivo, ouvidos os Ministérios afins, a prioridade e a destinação dos recursos resgatados do FS para as finalidades estabelecidas no art. 1º, observados o PPA, a LDO e a LOA. Estamos acatando mais uma sugestão dos senhores Deputados desta Comissão para que no **§ 1º do art. 12**, a composição, competências e o funcionamento do CDFS sejam estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Tornamos claro na parte final do **§ 3º do art. 12** que a destinação de recursos para os programas e projetos definidos como prioritários pelo CDFS fica

condicionada à prévia fixação de metas, prazo de execução e planos de avaliação, em coerência com as disposições do PPA.

Ainda em relação ao **art. 12**, resolvemos uma vez mais acatar outra sugestão dos senhores Deputados, incluindo um **§ 6º** no art. 12 do Substitutivo, para estabelecer que os recursos do FS destinados à Ciência e Tecnologia devem priorizar a pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis.

Como destacamos na errata anteriormente distribuída nesta Comissão, foram oferecidas 301 emendas às proposições sob comento, das quais a Emenda 35 foi retirada pelo seu autor, duas outras, as Emendas n.ºs 14 e 15, foram redirecionadas para o exame da Comissão Especial que está apreciando o Projeto de Lei n.º 5.941, de 2009.

Diante de tudo o que foi exposto nesta retificação de nosso parecer, votamos pela:

i) constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 5.417, de 2009, e do Projeto de Lei n.º 5.940, de 2009, e das emendas apresentadas;

ii) compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei n.º 5.417, de 2009, e do Projeto de Lei n.º 5.940, de 2009, e das emendas apresentadas;

iii) aprovação no mérito do Projeto de Lei n.º 5.940, de 2009, acatando, parcialmente, sugestões apresentadas nas Emendas n.ºs 8, 9, 11, 20, 21, 28, 30, 31, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 59, 60, 62, 67, 73, 79, 85, 89, 93, 97, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 114, 121, 122, 133, 140, 143, 153, 154, 158, 160, 161, 174, 176, 181, 183, 185, 195, 201, 210, 215, 218, 219, 234, 236, 242, 244, 250, 251, 257, 258, 262, 267, 274, 279, 289 e 291, na forma do Substitutivo (anexo). O Projeto de Lei nº 5.417, de 2009, do Deputado Pedro Eugênio, voltamos a frisar, teve inegável mérito ao sinalizar para a necessidade de um instrumento fiscal de poupança de longo prazo com os recursos da exploração e comercialização do petróleo que será extraído da camada pré-sal de nossa plataforma continental, subsidiando vários pontos do PL do executivo, que por ser posterior ao do nobre Deputado teve a oportunidade de avançar sobre novos temas. Feitas estas considerações, manifestamos pela rejeição, no mérito, do Projeto de Lei n.º 5.417 e das demais Emendas.

Sala da Comissão, em 04 de novembro de 2009.

Deputado ANTONIO PALOCCI

Relator

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5.417, DE 2009, E AO PROJETO DE LEI Nº 5.940, DE 2009, QUE TRATAM DA CRIAÇÃO DO FUNDO SOCIAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.940, DE 2009

Cria o Fundo Social - FS, e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: DEPUTADO ANTÔNIO PALOCCI

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DO FUNDO SOCIAL - FS

Art. 1º Fica criado o Fundo Social - FS, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

§ 1º Os programas e projetos de que trata o *caput* observarão o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e as respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ 2º Os programas e projetos previstos *caput*, no que se refere ao combate à pobreza, devem observar o disposto na Lei Complementar n.º 111, de 6 de julho de 2001, permitindo-se o uso dos recursos para investimentos em infraestrutura de conteúdo social.

Art. 2º O FS tem por objetivos:

I - constituir poupança pública de longo prazo com base nas receitas auferidas pela União;

II - oferecer fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma prevista no art. 1º.

III - mitigar as flutuações de renda e de preços na economia nacional, decorrentes das variações na renda gerada pelas atividades de produção e exploração de petróleo e de outros recursos não renováveis.

Parágrafo único. É vedado ao FS, direta ou indiretamente, conceder garantias.

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS DO FS

Art. 3º Constituem recursos do FS:

I - parcela do valor do bônus de assinatura destinada ao FS pelos contratos de partilha de produção;

II - parcela dos royalties que cabe a União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha da produção, na forma do regulamento;

III - receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei;

IV - os royalties e a participação especial dos blocos do pré-sal já licitados destinados à administração direta da União, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo;

V - os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e

VI - outros recursos destinados ao FS em lei.

§ 1º A Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 49.

.....

§ 3º Nos blocos do pré-sal licitados antes de 31 de dezembro de 2009, a parcela dos *royalties* que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.” (NR).

“Art. 50.

.....

§ 4º Nos blocos do pré-sal licitados antes de 31 de dezembro de 2009, a parcela da participação especial que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata os incisos I e II do § 2º deste artigo.” (NR)

§ 2º O cumprimento do disposto no § 1º deste artigo obedecerá regra de transição, a critério do Poder Executivo, estabelecida na forma do regulamento.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FS

Art. 4º A política de investimento do FS tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações, e assegurar sua sustentabilidade

econômica e financeira para o cumprimento das finalidades definidas nos arts. 1º e 2º.

Parágrafo único. Os investimentos e aplicações do FS serão destinados preferencialmente a ativos no exterior, com a finalidade de mitigar a volatilidade de renda e de preços na economia nacional.

Art. 5º Os recursos do FS para aplicação nos programas e projetos a que se refere o art. 1º deverão ser os resultantes do retorno sobre o capital.

Parágrafo único. Constituído o FS, e garantida a sua sustentabilidade econômica e financeira, o Poder Executivo poderá apresentar, na forma da lei, proposta do uso de percentual de recursos do principal para a aplicação nas finalidades previstas no art. 1º, na etapa inicial de formação de poupança do fundo.”

Art. 6º A política de investimentos do FS será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social - CGFFS.

§ 1º O CGFFS terá sua composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo, assegurada a participação do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente do Banco Central do Brasil.

§ 2º Aos membros do CGFFS não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 3º As despesas relativas à operacionalização do CGFFS serão custeadas pelo FS.

Art. 7º Cabe ao CGFFS definir:

I - o montante a ser, anualmente, resgatado do FS, assegurada sua sustentabilidade financeira;

II - a rentabilidade mínima esperada;

III - o tipo e o nível de risco que poderão ser assumidos na realização dos investimentos, bem como as condições para que o nível de risco seja minimizado;

IV - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no Exterior e no País;

V - a capitalização mínima a ser atingida antes de qualquer transferência para as finalidades e os objetivos definidos nesta Lei.

Art. 8º A União, a critério do CGFFS, poderá contratar instituições financeiras federais para atuarem como agentes operadores do FS, as quais farão jus a remuneração pelos serviços prestados.

Art. 9º A União poderá participar, com recursos do FS, como cotista única, de fundo de investimento específico.

Parágrafo único. O fundo de investimento específico de que trata este artigo deve ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o art. 4º, inciso XXII, da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 10. O fundo de investimento de que trata o art. 9º deverá ter natureza privada, patrimônio próprio separado do patrimônio do cotista e do administrador, sujeitando-se a direitos e obrigações próprias.

§ 1º A integralização das cotas do fundo de investimento será autorizada em ato do Poder Executivo, ouvido o CGFFS.

§ 2º O fundo de investimento terá por finalidade promover a aplicação em ativos no Brasil e no exterior.

§ 3º O fundo de investimento responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, ficando o cotista obrigado somente pela integralização das cotas que subscrever.

§ 4º A dissolução do fundo de investimento dar-se-á na forma de seu estatuto e seus recursos retornarão ao FS.

§ 5º Sobre as operações de crédito, câmbio e seguro e sobre rendimentos e lucros do fundo de investimento não incidirá nenhum imposto ou contribuição social de competência da União.

§ 6º O fundo de investimento deverá elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com a legislação em vigor e conforme o estabelecido no seu estatuto.

Art. 11. O estatuto do fundo de investimento definirá, inclusive, as políticas de aplicação, critérios e níveis de rentabilidade e de risco, questões operacionais da gestão administrativa e financeira e regras de supervisão prudencial de investimentos.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DO FS

Art. 12. Fica criado o Conselho Deliberativo do Fundo Social - CDFS, com a atribuição de propor ao Poder Executivo, ouvidos os Ministérios afins, a prioridade e a destinação dos recursos resgatados do FS para as finalidades estabelecidas no art. 1º, observados o PPA, a LDO e a LOA.

§ 1º A composição, competências e o funcionamento do CDFS serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

§ 2º Aos membros do CDFS não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 3º A destinação de recursos para os programas e projetos definidos como prioritários pelo CDFS fica condicionada à prévia fixação de metas, prazo de execução e planos de avaliação, em coerência com as disposições estabelecidas no PPA.

§ 4º O CDFS deverá submeter os programas e projetos a criteriosa avaliação quantitativa e qualitativa durante todas as fases de execução, monitorando os

impactos efetivos sobre a população e nas regiões de intervenção, com o apoio de instituições públicas e universitárias de pesquisa.

§ 5º Os recursos do FS destinados aos programas e projetos de que trata o art. 1º devem observar critérios de redução das desigualdades regionais, priorizando os Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH abaixo da média nacional.

§ 6º Os recursos do FS destinados à Ciência e Tecnologia, em observância ao disposto no art. 1º, devem priorizar a pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis.

Art. 13. As demonstrações contábeis e os resultados das aplicações do FS serão elaborados e apurados semestralmente, nos termos previstos pelo órgão central de contabilidade de que trata o art. 17, inciso I, da Lei n.º 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo definirá as regras de supervisão do FS, sem prejuízo da fiscalização dos entes competentes.

Art. 14. O Poder Executivo encaminhará trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho do FS, conforme disposto em regulamento do Fundo.

Art. 15. No caso de dissolução do FS, seu patrimônio será transferido ao Tesouro Nacional, na forma do regulamento.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 04 de novembro de 2009.

Deputado ANTONIO PALOCCI
Relator